



NEPAN

# MUIRAQUITÃ

## Revista de Letras e Humanidades

### OS DISCURSOS ÉTNICO RACIAIS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE INDÍGENA NA AMAZÔNIA

#### *RACIAL ETHNIC DISCOURSE IN THE CONSTRUCTION OF INDIGENOUS IDENTITY IN THE AMAZON REGION*

Francisco Menezes da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este estudo levanta uma reflexão acerca do papel da educação na preservação da cultura indígena, a partir de uma abordagem e ações práticas que favorecem o processo educativo na preservação da cultura uma vez que cada sujeito que adentra o espaço escolar, traz consigo, marcas singulares definidoras de suas próprias raízes, de maneira que sua identidade cultural seja uma constante. As diversidades culturais, todavia, que disputam conflitos no ambiente escolar urbano, não se torna realidade nas aldeias, em virtude do fator igualdade, já que todos os que abarcam o corpo discente nas aldeias são comuns à mesma cultura, raça e povo. O intuito da educação nas comunidades indígenas amazônicas, deve ser o possibilidade de que os participantes frequentem um espaço no qual tenham a liberdade para expressar a essência de sua cultura, assim como o reconhecimento de sua etnia entre a gama de povos existentes na região pelo orgulho do ser índio, sem discriminações, mas também pelo desenvolvimento da capacidade de aceitação e respeito por outras raças, fora ou dentro de suas fronteiras, tendo em vista que o elo para um avanço no processo de preservação da cultura e história dos povos é que se determina a importância do conhecimento para a formação de uma sociedade consciente, permeada aos valores de sua história e vivência de princípios de uma identidade singular que se contrapõe ao preconceito e discriminação nas aldeias.

**Palavras-chave:** Educação. Cultura indígena. Discurso étnico-racial.

**ABSTRACT:** This study raises a reflection about the role of education in preserving culture, based on a practical approach and actions that favor the educative process in the Preservation of culture, since every subject who enters the school space, brings With you, singular marks defining your own roots, so that your cultural identity is a constant. The cultural diversities, however, that dispute conflicts in the school environment Urba-No, does not become reality in the villages, due to the factor equality, since all those who abar-cam The student body in the villages are common to the same culture, race and people. The aim of education in Amazonian indigenous communities should be the possibility that the participants are fre-warm in a space in which they have the freedom to express the essence of their culture, as well as the recognition of their ethnicity between the range of peoples Existing in the region by the pride of the Indian being, without discrimination, but also by the development of the capacity for acceptance and respect for other races, outside or at the edge of their borders, bearing in mind that the link to a breakthrough in the process of preserving culture and People's history is that it determines the imposing-tance of knowledge for the formation of a conscious society, permeated to the values of its history and experience of principles of a singular identity that contradicts the prejudice and discrimination in the villages.

**Keywords:** education. Indigenous culture. Ethnic-racial discourse.

<sup>1</sup> Docente do curso Letras: Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante o período das grandes navegações, a travessia do atlântico pelos europeus possibilitou o contato com as tribos nativas hoje denominadas índios. Os exploradores não possuíam informações acerca dos modos de vida daqueles que as terras brasileiras já habitavam, da mesma forma que o processo de apropriação cultural se deu de forma bastante lenta em virtude do contato com a diversidade de povos nativos dificultava a percepção de que cada tribo abarcava uma cultura específica e tradições diversificadas.

A preservação da cultura de cerca de 200 nações indígenas que incorporaram a língua e hábitos dos portugueses tem sido uma luta constante, muito embora haja a tentativa de manutenção de costumes, modos de vida e tradições de antepassados.

Para Luciano (2006) Apud IBGE (2010), a região brasileira apresenta dado contingente significativo de populações de indígenas, conquanto carteie apenas 0,4% da população total. Sem atribuir ao conjunto, os indígenas brasileiros considerados índios isolados, seja pelos modelos da própria política de contato, como também indígenas que perpassam pelo processo de reafirmação étnica após anos de dominação e repressão cultural.

A produção da comida indígena é realizada pelas próprias tribos, as atividades são distribuídas por grupos desde o alvorecer do dia. A caça e a pesca ficam atribuídas aos homens, enquanto para as mulheres cabe a coleta de frutos, o cultivo e a preparação de alimentos. A culinária é variada, porém a mandioca e milho são bastante utilizados majoritariamente por todos os povos. Há ainda uma infinidade de produtos industrializados que geralmente são incorporados às comunidades com o salário de guerreiros que manufaturam produtos feitos pelo grupo.

As aldeias não seguem um padrão específico de organização, alguns povos se aglomeram em aldeias de formatos circulares, com as casas em redor do espaço onde as festas são realizadas. Há também espaços nos quais as casas são enfileiradas ou no formato de ferradura. Não se pode deixar de mencionar as aldeias em que as tribos vivem em uma grande casa. As moradias podem ser ovais, retangulares ou redondas, feitas de uma gama de materiais retirados diretamente da natureza a saber: madeira, cipó e palha, embora, pelo processo de contato com a urbanização, hajam os grupos que realizam construções de tijolos.

O aprendizado das crianças indígenas se dá pelo processo tácito da ludicidade dos jogos e brincadeiras, entre as principais diversões cita-se dobraduras, jogos na água, corridas, peão e peteca. Para os meninos, o treinamento com arco e flecha começa cedo, ao passo que as meninas se dedicam ao aprendizado da coleta de alimentos e no preparo de pratos simples como a panqueca de mandioca “beiju”. Os bichos de estimação são diversos, entres os principais, estão as araras, quatipuru papagaios e macacos.

As comemorações também demarcam momentos importantes na vida dos indígenas ou de várias tribos, entre as comemorações mais conhecidas no Brasil é o Quarup, reunião onde ocorrem três dias de rezas, lutas, cantos e danças em homenagem a antepassados.

Além dos contextos apresentados, é notória a intervenção e influência cultural, política, religiosa e social sofrida povos indígenas amazônicos, se deu desde o período colonial. O processo geopolítico, possibilitou a introdução do Projeto de Integração Nacional (PIN), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a fim de contribuir para fortes mudanças nos mecanismos de vida indígena, que aos poucos, têm sua cultura e identidade sufocadas.

O conhecimento nato, advindo do senso comum dos povos indígenas tem sua transmissão pautada em saberes de origem na própria cultura, sendo, portanto, auferidos de uma geração a outra de forma que o posto de ascendência seja respeitado, desta forma, a transmissão desse processo de conhecimento é realizada por meio de um processo informal.

O avanço do processo de aculturação entre os povos implica na perda das características próprias das tribos em virtude da modificação dos hábitos e comportamentos nativos pelas normas sociais muitas vezes influenciadas pela educação escolar da segunda língua ( a língua portuguesa), ao passo que os indivíduos mais novos das tribos tem praticado com maior frequência o português, devido ao inter-relacionamento promovido pelo desenvolvimento regional ocorrido no território amazonida.

### **HISTÓRICO E ORIGEM DA ESCOLA INDÍGENA NA AMAZÔNIA**

O resgate de memórias, histórias e identidades que fortalecem a etnia indígena, geralmente, são fomentados pela pesquisa e a educação, ao favorecer a condição de uma cultura significativa e viva para os povos, consequência da visão, muitas vezes, estereotipada, e monopolizada do conceito do “ser índio”, pois a cultura não deve apenas ser lembrada, todavia, difundida como mecanismo de resgate de valores sócio-históricos, mantendo peculiaridades inerentes aos povos nativos no entremeio das adversidades sociais.

A implantação de escolas em áreas indígenas, trouxe consigo, a exclusão e discriminação de língua natural, tradição, o saber e a arte dos povos partícipes da sala de aula da sala de aula. A função da escola, no entanto, era fazer o acultramento indígena, pelo sufocamento de hábitos e tradições, bem como, ideologicamente o abandono da identidade, por ter sido a escola, conforme Freire (2002), naquele momento, um instrumento ideológico que propunha uma política que, em parte, contribuiu para a extinção de mais de 800 línguas.

Com o tempo, a criação em 1998 do RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena), possibilitou discussões acerca da percepção de que a prática de isolamento das culturas e língua nativa tem sofrido algumas mudanças não muito significativas, ainda que o artifício educativo promovido nas aldeias tente o reforço da preservação da cultura e identidade, pela valorização do próprio processo de aprendizagem, em outros termos, a incorporação da materialidade linguística da língua nativa no processo de intervenção do currículo educacional.

O direito à diferença, garantido aos índios pela Constituição de 1988, assunta ao estado a proteção às manifestações culturais indígenas, por assegurar o uso de línguas maternas e utilização de princípios e processos próprios de aprendizagem, sobressaindo as especificidades asseguradas pela LDBEN, o bilinguismo e a interculturalidade. Ressaltar, no entanto, a necessidade de utilização de um currículo diferenciado para a educação escolar indígena, garante ações significativas incentivadoras de práticas reais de aprendizagem, ao possibilitar a aplicação de costumes, valores e narrativas orais que envolvem o contexto material da identidade indígena como mote de partida para um processo educacional interdisciplinar, pautada no fortalecimento cultural/memorialístico/identitário nas aldeias.

### **A FORMAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

A legislação brasileira corrobora avanços na regulamentação da educação escolar, ao assegurar no artigo 210 o uso das línguas maternas individuais a cada aldeia, nos processos próprios de aprendizagem. Cabe, portanto ao estado proteger as manifestações culturais indígenas conforme o artigo 205 e a LDB, que oportuniza a educação por meio de artigos específicos. O Referencial

Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1998, reafirma o direito do ensino bilíngue, essencialmente importante para a difusão dos costumes e história de cada nação, haja visto, no Brasil todos os cidadãos indígenas ou não terem o direito a condições de respeito, desenvolvimento intelectual e cidadania que poderá ser propiciado somente pela educação, meio para dirimir discriminações e preconceitos.

Os indígenas não são nem foram personagens folclóricos, o respeito pela raça, dever ser presente na busca contínua de preservação das formas de vida e tradições culturais anteriores ao advento do capitalismo. A LDBEN prioriza o incentivo ao conhecimento cultural dos povos habitantes o Brasil, principalmente aqueles que cultivam a terra desde antes da invasão colonizadora.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Brasil, Lei 11.645/2008).

Dessa forma, as escolas indígenas seguem o mesmo parâmetro das demais escolas, o de introduzir nas diversas áreas de conhecimento temas relacionados nos parágrafos e artigo supracitados. Nesse contexto, é nas escolas que se aprende ou se deve apreender o respeito às diferenças culturais imbricadas para o além da escola ou pelo que as sociedades determinam como valores a serem preservados através da educação, tendo em vista que os aportes intelectual e cultural são a própria vida humana, em virtude de serem processos atrelados à condições de sobrevivência.

A expansão das instituições de ensino em âmbito escolar indígena intuem a não desvalorização das raízes culturais dos povos, uma vez que o processo de educação deve ser uma ferramenta que desenvolva a ação educativa, que só poderá acontecer pela adequação e compreensão da realidade social necessária para amparar a educação nas aldeias, onde o que deve ser ensinado não se relaciona apenas ao passado dos nativos, mas o cultivo da identidade cultural, manifestada intensamente em uma sociedade que prega a diversidade cultural, o Brasil.

Em suma, para que o processo educacional aplicado nas aldeias seja herança cultural, é necessário que influa diretamente sobre os objetivos que corroboram a demanda escolar e a economia, para que haja a necessidade de qualificação profissional e expansão da educação escolarizada, com forma de possibilitar a formação dos indígenas por sujeitos advindos da própria aldeia.

#### **EDUCAÇÃO E CULTURA E LETRAMENTO NA FORMAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA**

Embora, seja a escola o local privilegiado para a apropriação do conhecimento, há outros espaços que possibilitam a aprendizagem de maneira menos formal, a saber: a internet, equipamentos tecnológicos como a televisão e projetos culturais conduzidos por Organizações Não Governamentais. Nesse contexto, norteiam-se novos caminhos para o encontro com a educação e a cultura, não obstante, se torna necessário uma articulação maior entre a escola e as várias dimensões de aprendizagem e conhecimento, objetivando, impactar positivamente a efetiva aprendizagem das crianças e adolescentes, pelo acesso amplo a projetos alternativos que apresentem a indústria cultu-

ral e universalizada a esse público, pelo resgate de tradições culturais, vivenciadas no senso comum ou pelo contato com as artes plásticas, literatura música teatro e comunicação.

A inserção e atuação de projetos específicos nas aldeias indígenas, podem promover ações que influenciem diretamente o processo de letramento, que deve ser o eixo central nos projetos culturais das escolas, desde que esteja diretamente interligado às atividades e dinâmicas nos aspectos interdisciplinares, visando a promoção de oficinas ao alunado das escolas indígenas, a fim de aprofundar o resgate cultural em conformidade com o intuito emergencial priorizado pelo currículo escolar.

A inserção cultural na escola de território indígena, deve priorizar o estabelecimento de uma grade curricular que valorize a pluralidade e diversidade cultural local, bem como o intercâmbio da escola com produções e produtores culturais, pela elucidação de caminhos para unir a educação e a cultura, mesmo que os desafios sejam infundos, cabendo, nestes casos, aos docentes e a sociedade, o engendramento de possíveis novas aproximações, pela formação da consciência de cidadania, reformulação de estratégias de resistência, promoção de cultura e apropriação de estruturas de sociedades não indígenas, pela aquisição de conhecimentos úteis para a melhoria das condições de vida, propostas na pauta relativa à educação escolar indígena, isto é, uma forma de abolir os moldes integracionistas visadores da homogeneização da sociedade Brasileira pela assimilação e aculturação.

Pensar o termo cultura educacional significa lembrar especificidades tradicionais nas sociedades, desde pressupostos adquiridos historicamente, ou que se transformam e crescem e se manifestam através de hábitos, pensamentos, e formas de organizar e desenvolver os espaços sociais dentro de uma civilização coletiva. Na escola não há diferenças, ela necessita ser um ambiente organizado para além das características comuns das instituições de ensino universais, a de transmitir conhecimentos sistematizados, ao ser autora de uma maneira própria de ser e de manifestar seus valores e hábitos a partir de um aprendizado significativo. Dessa forma cabe a cada instituição escolar acompanhar e instruir o discente pelo fortalecimento dos próprios costumes e valores, associados à filosofia e projetos político-pedagógicos escolares, visando a projeção para a vida intelectual e social dos escolares, a partir de estratégias abordadas para a formação da cultura a qual a instituição deseja promover.

Na região amazônica, poucos são os momentos em que cultura indígena é difundida e valorizada, geralmente, são perceptíveis em pequenas feiras, feriados de semana da pátria ou focos individualizados nas escolas por meio de apresentações culturais. Nessa perspectiva, se a escola é focada na educação integral, sua missão implicará na difusão de um educando completo, dotado de necessidades múltiplas, portanto, será uma escola com a eminência de uma atividade mais complexa, de maneira a contemplar, por meio do currículo pautado na abordagem de temas transversais, o atendimento das distintas necessidades do estudante, ao visar a interação deste com a prática, teoria e as ditas experiências coletivas.

#### **LUTAS E CONQUISTAS: REFORMAS EDUCATIVAS NACIONAIS PARA AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES INDÍGENAS**

A etnia indígena, com relação aos direitos garantidos pela constituição, embora tenha sofrido exclusão de direitos, nunca estagnaram a luta contra a opressão e a desvalorização dos povos, o que lhes garantiu um crescente estatística de vitórias e conquistas.

A constituição Federal assegura às comunidades indígenas o direito a uma educação escolar diferenciada e a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, cabendo ressaltar que, somente a partir da constituição de 1988, os indígenas deixaram de ser uma categoria social em vias de extinção e passaram a ser respeitados como grupos étnicos diferenciados, com direito a manter sua organização social, costumes línguas crenças e tradições. (SENB, A resolução n.º 3, de 10/11/1999).

O advento da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional garantiu a oferta de educação escolar Bilíngue e Intercultural, visto serem estes modelos educacionais adequados às peculiaridades educacionais dos diferentes grupos, sendo, portanto, considerada imprescindível para a erradicação da desigualdade e o favorecimento da preservação da realidade sociolinguística de cada povo.

Por força da determinação do Artigo 3º A resolução n.º 3, de 10/11/1999, do Conselho Nacional de educação adsorve diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, ao definir elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

“Na organização de escola indígena deverá ser considerada a participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como:

- I. suas estruturas sociais;
- II. suas práticas socioculturais e religiosas;
- III. suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino aprendizagem;

Além do que reza em Lei, há ainda o documento que rege parâmetros para o currículo escolar nas aldeias, o RCNEI – Referencial Curricular Nacional Para a Escola Indígena, publicado pelo MEC, O documento auxilia na criação e ampliação de um currículo intercultural, bilíngue e diferenciado. Nesse viés, a formulação do projeto pedagógico da escola indígena deverá considerar:

- I. As Diretrizes Curriculares Nacionais referentes às etapas da educação básica.
- II. As características próprias das escolas indígenas, em respeito à especificidade étnico cultural de cada povo ou comunidade.
- III. As realidades sociolinguísticas em cada situação.
- IV. Os conteúdos curriculares especificamente indígenas e os modos próprios de constituição do saber e da cultura indígena.

A proposição de uma escola indígena diferenciada, de qualidade, representa grande novidade no sistema educacional do país. Dessa forma as particularidades indígenas serão respeitadas e valorizadas. Para tanto, estão sendo implementados programas com o objetivo de proporcionar às nações indígenas, comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas a reafirmação de suas identidades étnicas bem como a valorização de suas línguas ciências, a fim de garantir a todos o acesso à informação, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e das demais sociedades indígenas e/ou não indígenas na região amazônica.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conhecimento possibilita a ampliação das concepções, reflexão de valores e compreensão da miscigenação ideológica que forma a grande diversidade brasileira, que de forma autêntica é segregada física memorialística e territorialmente. Desse modo, a conclusão de que o ambiente escolar indígena está segregado à mais importante missão, manter viva as tradições e costumes dos sujeitos que naquele espaço adentram, uma vez que suas memórias caracterizam sua identidade,

com base no imaginário do verdadeiro objetivo indígena, muitas vezes sufocados dentro da escola, deixando de contribuir com a preservação cultural dos índios amazonidas, os quais nem sempre têm a oportunidade de receber professores falantes da língua da tribo, e desta forma contribuir para uma maior preservação linguística nativa, assim como auxiliar no processo de aprendizagem dos escolares em todos dos níveis de aprendizagem e o aprofundamento da compreensão do papel do índio, na sociedade amazônica e na história do Brasil.

O estudo consolida os estímulos para o confronto das potencialidades da educação escolar indígenas na Amazônia, para isso, se torna necessário discutir claras definições coma própria com as comunidades indígenas amazônicas, as universidades, e os órgãos responsáveis pela organização das políticas de desenvolvimento educacional nas aldeias a fim de traçar metas de desenvolvimento para a melhora da vida das tribos indígenas da região Xingu, nos âmbitos intercultural, educacional e social, para que assim sejam diminuídos os impactos irreparáveis desfechados contras essas comunidades tradicionais.

#### REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Ivone Garcia. **Cultura, aprendizagem e formação de conceitos na escola**. Brasília: Primeira Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto, nov. 2000.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei Federal n.º 9.394, de 26/12/1996. \_\_\_\_\_ **LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008** - Publicação Original <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília – DF: SECAD/MEC, 2005.
- \_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO CEB Nº 3, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999**. [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf)
- HOLANDA, Aurélio Buarque. **Dicionário Aurélio da língua Portuguesa**. Nova fronteira. 1989. [https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena\\_censo2010.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf).

DATA SUBMISSÃO 31-05-2019  
DATA APROVAÇÃO 20-06-2019